

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	16
4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	17
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	17
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	18
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19
8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	21
9. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	22
10. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO	25
11. INVESTIMENTO.....	26
12. IMOBILIZADO	31
13. INTANGÍVEL.....	32
14. FORNECEDORES	33
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	33
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	34
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	38
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	38
19. PROVISÕES	41
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50
21. RECEITA	51
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	53
23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	56
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	57
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	58
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	66
27. REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010.....	67
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	68
29. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	70
30. EVENTOS SUBSEQUENTES	70
31. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA	79
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	80
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	87
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	99

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO 2009

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4.487.203	4.424.959	418.788	656.704
Consumidores e Revendedores	5	2.190.442	2.277.907	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		579.022	366.984	-	-
Ativos Financeiros - Concessão	10	233.705	222.173	-	-
Tributos Compensáveis	6 a	337.891	357.027	6.405	8.208
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	6 b	618.948	530.325	-	-
Dividendos a Receber		-	-	956.316	1.362.451
Estoques		42.790	35.032	195	17
Outros Créditos		488.899	402.567	20.199	14.124
TOTAL DO CIRCULANTE		8.978.900	8.616.974	1.401.903	2.041.504
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	9	1.787.105	1.823.644	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	9	-	-	891.633	872.638
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	7a	1.446.887	1.107.775	129.898	132.816
Tributos Compensáveis	6 a	10.017	115.200	426	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	6 b	102.297	117.732	102.297	111.469
Depósitos Vinculados a Litígios	8	811.741	693.365	171.894	153.340
Consumidores e Revendedores	5	194.272	161.239	-	-
Outros Créditos		60.057	141.069	59.129	85.351
Ativos Financeiros - Concessão	10	5.745.555	5.508.462	-	-
Investimentos	11	-	-	10.586.454	9.449.272
Imobilizado	12	8.431.988	8.302.923	1.984	1.879
Intangível	13	4.423.415	3.705.267	1.440	1.544
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.013.334	21.676.676	11.945.155	10.808.735
TOTAL DO ATIVO		31.992.234	30.293.650	13.347.058	12.850.239

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	924.461	852.195	15.148	14.275
Encargos Regulatórios	17	363.806	324.234	-	-
Participações nos Lucros		46.416	97.878	1.922	3.774
Impostos, Taxas e Contribuições	15 a	308.775	419.491	20.681	32.838
Imposto de Renda e Contribuição Social	15 b	306.772	127.108	2.788	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		949.623	953.789	949.623	953.789
Empréstimos e Financiamentos	16	1.617.208	5.878.470	25.284	23.358
Debêntures	16	83.643	780.576	-	-
Salários e Contribuições Sociais		333.854	353.291	17.579	18.423
Obrigações Pós-emprego	18	106.622	94.041	4.101	4.108
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		79.128	78.305	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	4.277	10.839
Outras Obrigações		391.860	320.219	18.728	20.605
TOTAL DO CIRCULANTE		5.512.168	10.279.597	1.060.131	1.082.009
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	17	178.177	152.303	-	-
Empréstimos e Financiamentos	16	5.842.066	4.044.281	55.190	55.190
Debêntures	16	4.282.243	589.620	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	15 a	463.920	326.627	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	15 b	1.128.448	988.631	-	-
Provisões	19	652.953	562.027	380.527	383.911
Concessões a Pagar		76.772	79.817	-	-
Obrigações Pós-emprego	18	2.030.994	1.914.986	89.216	87.433
Outras Obrigações		137.532	190.260	75.033	76.195
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.793.105	8.848.552	599.966	602.729
TOTAL DO PASSIVO		20.305.273	19.128.149	1.660.097	1.684.738
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES					
Capital Social	20	3.101.884	3.101.884	3.101.884	3.101.884
Reservas de Capital		3.969.099	3.969.099	3.969.099	3.969.099
Reservas de Lucros		3.177.248	3.177.248	3.177.248	3.177.248
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.311.060	1.343.383	1.311.060	1.343.383
Ajustes Acumulados de Conversão		324	150	324	150
Recursos Destinados a Aumento de Capital		27.124	27.124	27.124	27.124
Lucros (Prejuízos) Acumulados		100.222	(453.387)	100.222	(453.387)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.686.961	11.165.501	11.686.961	11.165.501
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.992.234	30.293.650	13.347.058	12.850.239

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto resultado do período por ação)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
RECEITA	21	2.877.653	2.891.822	74	84
CUSTOS OPERACIONAIS	22				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(717.941)	(810.985)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(186.921)	(210.282)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(49.480)	(39.245)	-	-
		(954.342)	(1.060.512)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores		(237.476)	(259.691)	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(36.130)	(27.424)	-	-
Materiais		(27.881)	(26.117)	-	-
Serviços de Terceiros		(141.677)	(134.732)	-	-
Depreciação e Amortização		(210.685)	(206.565)	-	-
Provisões Operacionais		7.996	(1.735)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(41.505)	(36.218)	-	-
Outras		(45.234)	(19.225)	-	-
		(732.592)	(711.707)	-	-
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO		(56.793)	-	-	-
CUSTO TOTAL		(1.743.727)	(1.772.219)	-	-
LUCRO BRUTO		1.133.926	1.119.603	74	84
DESPESA OPERACIONAL	22				
Despesas com Vendas		(41.917)	(41.661)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(113.337)	(111.080)	(10.875)	(38.372)
Outras Despesas Operacionais		(28.354)	(73.430)	(4.852)	(2.914)
		(183.608)	(226.171)	(15.727)	(41.286)
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro e impostos		950.318	893.432	(15.653)	(41.202)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11	-	-	519.319	465.397
Resultado Financeiro Líquido	23	(129.446)	(99.944)	22.418	10.546
Resultado antes dos Impostos		820.872	793.488	526.084	434.741
Imposto de Renda e Contribuição Social	7b	(206.101)	(270.497)	(5.296)	(1.541)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7b	(94.705)	(61.686)	(722)	7.885
RESULTADO DO PERÍODO		520.066	461.305	520.066	441.085
Resultado atribuível aos acionistas Controladores da Companhia		520.066	441.085	520.066	441.085
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	20.220	-	-
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária		0,84	0,74	0,84	0,71
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária		0,84	0,74	0,84	0,71

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	3.101.884	3.969.099	3.177.248	1.343.383	150	(453.387)	27.124	11.165.501
Resultado do período	-	-	-	-	-	520.066	-	520.066
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	174	-	-	174
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	1.220	-	-	-	1.220
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	1.220	174	520.066	-	521.460
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(33.543)	-	33.543	-	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010	3.101.884	3.969.099	3.177.248	1.311.060	324	100.222	27.124	11.686.961

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	520.066	461.305	520.066	441.085
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	94.705	61.686	722	(7.885)
Depreciação e Amortização	213.904	211.648	45	46
Amortização de Ágio	-	4.078	-	-
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	-	14.781	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(519.319)	(465.397)
Juros e Variações Monetárias	16.620	(29.186)	(4.672)	(9.415)
Provisões para Perdas Operacionais	(4.284)	70.844	-	23.733
Obrigações Pós-emprego	58.263	31.286	3.136	1.360
Outros	(10.803)	-	8.196	6.888
	888.471	826.442	8.174	(9.585)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	55.445	(113.173)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	76.876	69.953	-	-
Créditos tributários	(185.510)	-	2.374	(41.899)
Tributos Compensáveis	163.788	(149.456)	10.989	(8.986)
Concessionários – Transporte de energia	(10.804)	19.002	-	-
Outros Ativos Circulantes	-	30.887	-	1.778
Depósitos Vinculados a Litígio	(23.166)	(98.867)	(1)	(1.115)
Ativos financeiros	(298.794)	-	-	-
Dividendos recebidos de controladas	-	-	504.556	354
Outros Realizáveis a Longo Prazo	-	7.565	-	(15.908)
Outros	(151.328)	4.463	12.903	-
	(373.493)	(229.626)	530.821	(65.776)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	72.266	(67.414)	873	(3.922)
Impostos, Taxas e Contribuições	127.698	275.973	(9.383)	43.543
Salários e Contribuições Sociais	(19.437)	(79.386)	(844)	(4.137)
Encargos Regulatórios	39.572	(63.491)	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	390.377	145.562	1.926	2.677
Obrigações Pós-emprego	68.991	11.336	(2.407)	(946)
Instrumentos Financeiros	-	21.420	-	-
Outros	(38.163)	(200.544)	(47.605)	(4.329)
	641.304	43.456	(57.440)	32.886
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.156.282	640.272	481.555	(42.475)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	-	-	(715.397)	-
Em Imobilizado	(68.008)	(177.968)	(325)	(16)
Em Intangível	(1.107.160)	(116.665)	-	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.175.168)	(294.633)	(715.722)	(16)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e Debêntures Obtidos	3.196.654	192.367	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(3.111.775)	(116.352)	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(3.749)	-	(3.749)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (USADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	81.130	76.015	(3.749)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	62.244	421.654	(237.916)	(42.491)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	4.424.959	2.283.937	656.704	256.906
No fim do período	4.487.203	2.705.591	418.788	214.415
	62.244	421.654	(237.916)	(42.491)

As Notas Explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**EM 31 DE MARÇO DE 2010****(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”), e nas bolsas de valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). Atua única e exclusivamente como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e ou controladas em conjunto:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) ou (“Cemig Geração e Transmissão”) subsidiária integral de capital aberto (possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólica e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig GT possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em 2009.
 - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em agosto de 2009.
 - Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010.

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país através das seguintes sociedades por ela controladas ou das quais participa: TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.; Novatrans Energia S.A.; ETEO – Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.; ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.; Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”) e Terna Serviços Ltda.

- Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto) Participação no capital de outras sociedades ligadas ao setor elétrico e será responsável pela oferta pública da aquisição das ações da TAESA em poder dos acionistas minoritários

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Morgado”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em abril de 2010.

- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. A usina iniciou operações em junho de 2010.

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A Usina iniciou suas operações em setembro de 2010.

Controladas e Controladas em conjunto da Cemig GT em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011.

- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio através da seguinte sociedade por ela controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com previsão de início de operação comercial em dezembro 2011.

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. Entrada em operação comercial em outubro de 2010.

■ Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) ou (“Cemig Distribuição”) (controlada) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo o Estado de Minas Gerais.

■ Light S.A. (“Light”) (controlada em conjunto) – Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light S.A. é a controladora das seguintes empresas:

- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;

- Light Energia S.A. (“Light Energia”) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividade principal estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos;

- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) - Empresa que tem como atividade principal atuar no mercado de prestação de serviços de co-geração, projetos, administração e soluções tais como eficientização e definições de matrizes energéticas e comercialização de energia no mercado livre;

- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica;

- Lightger Ltda. (“Light Ger”) e Lighthidro Ltda. (“Light Hidro”) - Empresas em fase pré-operacional, ambas para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi.

- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia para o social como empresa cidadã.

- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) - Tem como objetivo a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia.

A Companhia está adquirindo participação acionária adicional na Light, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 30.

- Sá Carvalho S.A. (controlada) (“Sá Carvalho”) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (controlada) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, através de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (controlada) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (controlada) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (“Pai Joaquim”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (controlada) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (controlada) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (controlada em conjunto) – Operação da linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- Cemig Trading S.A. (“Trading”) (controlada) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora;

- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuai;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará.
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão.
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará.
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. Além disso, a EATE possui participação nas seguintes transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia (“EBTE”), com participação de 51%, Sistema de Transmissão Catarinense (“STC”), com participação de 80% e Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica (“Lumitrans”), com participação de 80%.
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão, ambas no Estado de Santa Catarina.
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“AXXIOM”) (controlada em conjunto) – Constituída em agosto de 2008 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica.
- Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional:

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de

transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta;

- Cemig Serviços S.A (“Cemig Serviços”) (controlada) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/2008 – MP nº449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31 de dezembro de 2008.

Essas são as primeiras informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas preparadas conforme as IFRSs nas quais o CPC 37 foi aplicado.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM no 609/2009 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais de contabilidade foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Em consequência, as Informações Trimestrais - ITR de 2010, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das

Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2009 e 2010.

	31/03/2010	31/12/2009
Patrimônio Líquido anteriormente apresentado	10.730.983	10.275.505
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	1.247.847	1.281.393
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	7.216	5.395
Ativos de concessões de Geração Eólica - ICPC01 e OCPC05	9.149	9.149
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	350.293	359.029
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	16.629	16.736
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(25.931)	(27.798)
Encargos Capitalizados - CPC20	4.098	1.976
Obrigações pós emprego - CPC 33	(496.645)	(485.785)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(156.677)	(270.099)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	955.978	889.996
Patrimônio Líquido Ajustado (Reapresentado)	11.686.961	11.165.501

	31/03/2010	31/03/2009
Resultado do trimestre anteriormente apresentado	419.223	356.462
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC10 e CPC27	(33.543)	(37.154)
Ativos de concessões de Gás - ICPC01 e OCPC05	1.821	(39)
Ativos de concessões de Transmissão novas - ICPC01 e OCPC05	26.124	6.242
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	(110)	(4.916)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	1.867	660
Encargos Capitalizados - CPC20	2.122	10
Obrigações pós emprego - CPC 33	(10.860)	(15.421)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	113.422	155.462
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	100.842	104.843
Resultado dos Trimestres Ajustados (Reapresentado)	520.066	461.305

Os efeitos decorrentes da aplicação das IFRSs (CPCs) apresentados acima estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	31/03/2010	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas			
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100,00	-
Controladas diretas da Cemig GT			
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100,00
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49,00
Ganhães Energia	Proporcional	-	49,00
Madeira Energia	Proporcional	-	10,00
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49,00
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49,00
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	Proporcional	-	32,27
Transmissora Alterosa de Energia	Proporcional	-	49,00
Cemig Distribuição	Integral	100,00	-
Cemig Telecom	Integral	100,00	-
Rosal Energia	Integral	100,00	-
Sá Carvalho	Integral	100,00	-
Horizontes Energia	Integral	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100,00	-
Cemig PCH	Integral	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100,00	-
Cemig Trading	Integral	100,00	-
Efficientia	Integral	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100,00	-
UTE Barreiro	Integral	100,00	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	Integral	100,00	-
Cemig Serviços	Integral	100,00	-
Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG	Proporcional	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25,00	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24,00	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,50	-
Light S.A.	Proporcional	25,53	-
Controladas diretas da Light S.A.			
Light SESA	Integral	-	25,53
Light Energia	Integral	-	25,53
Light Esco	Integral	-	25,53
Light Ger	Integral	-	25,53
Light Hidro	Integral	-	25,53
Instituto Light	Integral	-	25,53
Itacoara Energia	Integral	-	25,53
Lightcom	Integral	-	25,53
Transchile	Proporcional	49,00	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51,00	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	36,35	-
Controladas diretas da EATE			
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	29,08
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica – LUMI	Integral	-	29,08
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	18,54
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	40,19	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	36,69	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	36,69	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	13,37	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	Proporcional	49,00	-

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Contas Bancárias	175.366	111.056	4.418	21.817
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	4.083.468	4.104.763	413.166	634.373
Letras Financeiras do Tesouro	56.188	90.211	459	170
Letras do Tesouro Nacional	43.486	7.284	-	180
Outros	128.695	111.645	745	164
	4.311.837	4.313.903	414.370	634.887
	4.487.203	4.424.959	418.788	656.704

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110%) conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 25.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Ativo Circulante e não Circulante	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12 /2009
Fornecimento Faturado	1.979.322	1.969.213	47.287	51.114
Fornecimento não Faturado	815.152	464.305	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	62.684	398.098	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(472.444)	(392.470)	(47.287)	(51.114)
	2.384.714	2.439.146	-	-
Ativo Circulante	2.190.442	2.277.907	-	-
Ativo Não Circulante	194.272	161.239	-	-

Encontra-se registrado no Ativo Não Circulante o valor de R\$89.945 em 31 de março de 2010 referente créditos de consumidor industrial da Cemig D e Cemig GT, que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para

consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 25.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos Compensáveis	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
ICMS a Recuperar	215.076	222.093	3.820	3.806
PIS-PASEP	18.037	21.894	3	-
COFINS	85.840	101.785	12	-
Outros	18.938	11.255	2.570	4.402
	<u>337.891</u>	<u>357.027</u>	<u>6.405</u>	<u>8.208</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	6.528	70.408	426	426
PASEP/COFINS	3.489	44.792	-	-
	<u>10.017</u>	<u>115.200</u>	<u>426</u>	<u>426</u>
	<u>347.908</u>	<u>472.227</u>	<u>6.831</u>	<u>8.634</u>

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das transmissoras cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil foi permitida a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados dentro do período de 12 meses.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
Imposto de Renda	468.475	400.518	-	-
Contribuição Social	150.473	129.807	-	-
	<u>618.948</u>	<u>530.325</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Imposto de Renda	83.862	106.317	83.862	100.054
Contribuição Social	18.435	11.415	18.435	11.415
	<u>102.297</u>	<u>117.732</u>	<u>102.297</u>	<u>111.469</u>
	<u>721.245</u>	<u>648.057</u>	<u>102.297</u>	<u>111.469</u>

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar apurados nos exercícios, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	145.157	93.571	3.982	5.259
Provisões	177.037	151.263	92.645	94.204
Obrigações Pós-Emprego	337.420	334.031	16.630	15.951
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	182.302	139.730	16.078	16.078
Instrumentos Financeiros	51.439	51.031	-	-
Variação Cambial	123.549	118.320	-	-
Ajustes das novas normas contábeis e Outros	391.483	196.349	4	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	38.500	23.480	559	1.324
	<u>1.446.887</u>	<u>1.107.775</u>	<u>129.898</u>	<u>132.816</u>

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2010, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2010	225.930	22.772
2011	307.315	18.388
2012	293.560	12.695
2013	283.315	13.251
2014	169.347	13.707
2015 a 2017	108.180	27.061
2018 e 2019	29.240	22.024
	1.446.887	129.898

A Controladora possui, em 31 de março de 2010, créditos tributários não reconhecidos em suas informações contábeis intermediárias, no montante de R\$409.367 (R\$427.703 em 31 de dezembro de 2009), que referem-se, basicamente, a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 9). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$408.320.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	820.872	793.488	526.084	434.741
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(279.096)	(269.786)	(178.869)	(147.812)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido	-	-	176.568	158.235
Contribuições e Doações Indedutíveis	(758)	(735)	(82)	(82)
Incentivo Fiscal	9.564	2.778	50	7
Créditos Fiscais não Reconhecidos	589	709	30	29
Amortização de Ágio	(2.787)	(1.387)	(2.787)	(1.387)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	-	(12.369)	-	-
Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa	-	-	-	-
Outros	(28.318)	(51.393)	(928)	(2.646)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(300.806)	(332.183)	(6.018)	6.344
Alíquota Efetiva	36,64%	41,86%	1,14%	1,46%
Imposto Corrente	(206.101)	(270.497)	(5.296)	(1.541)
Imposto Diferido	(94.705)	(61.686)	(722)	7.885

Adesão da Light ao novo REFIS (Lei nº 11.941/09)

Em 6 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da controlada indireta LIGHT SESA aprovou sua adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09.

Os principais benefícios desta adesão ao Novo Refis foram a redução de juros e multas no montante de R\$128.921, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado.

O montante inicial incluído no Refis foi de R\$585.639. O parcelamento efetivo, após a consolidação dos débitos efetuada em junho de 2011, resultará em desembolsos futuros de caixa no montante total de R\$215.824. O restante do saldo foi compensado com prejuízos fiscais.

8. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígio referem-se principalmente a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio relativos às obrigações fiscais referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente a exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Trabalhista	176.968	193.406	28.169	28.169
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio	13.714	13.714	-	-
PASEP/COFINS	372.704	296.794	-	-
Outros	103.985	71.425	80.018	61.465
Outros	144.370	118.026	63.707	63.706
	811.741	693.365	171.894	153.340

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 19.

9. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de março de 2010 a R\$ 4.448.517 (R\$4.329.078 em 31 de dezembro de 2009).

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$92.476, a valores de 31 de março de 2010.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e

qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprios extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de março de 2010, já haviam sido amortizadas de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2010.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

Os covenants estatutários descritos acima foram atendidos em 31 de março de 2010.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC no 1º trimestre de 2010 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.823.644
Atualização monetária das quotas seniores	21.342
Atualização monetária das quotas subordinadas	18.995
Amortização das quotas seniores	(76.876)
Saldo em 31 de março de 2010	<u>1.787.105</u>
Composição do FIDC em 31 de março de 2010	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	895.472
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	886.884
- Dividendos retidos pelo Fundo	4.749
	<u>891.633</u>
TOTAL	<u>1.787.105</u>

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos, em 29 de junho de 2010, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$67.399. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$14.501 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$80.167 das cotas seniores somente foi efetivada em 1º de julho de 2010.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2009. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$207.382 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$134.799 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações contábeis intermediárias consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

10. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição, transmissão, gás e geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS	
	31/03/2010	31/12/2009
Concessões de Distribuição	2.126.151	2.122.755
Concessões de Gás	101.954	40.095
Concessões de Transmissões Novas	3.022.650	2.837.558
Concessões de Transmissões Antigas	728.505	730.227
	5.979.260	5.730.635
Ativo Circulante	233.705	222.173
Ativo não Circulante	5.745.555	5.508.462

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.

11. INVESTIMENTO

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2209
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto		
Cemig Geração e Transmissão	4.751.919	4.570.432
Cemig Distribuição	2.276.940	2.094.605
Light	892.950	426.031
Cemig Telecom	281.513	276.043
GASMIG	415.122	435.876
Rosal Energia	129.565	124.331
Sá Carvalho	114.192	108.565
Horizontes Energia	69.046	67.154
Usina Térmica Ipatinga	33.422	31.699
Cemig PCH	84.794	81.164
Cemig Capim Branco Energia	19.090	13.881
Companhia Transleste de Transmissão	23.573	23.157
UTE Barreiro	4.468	4.584
Companhia Transudeste de Transmissão	12.853	12.707
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	492	486
Companhia Transirapé de Transmissão	10.706	10.500
Transchile	30.213	27.627
Efficientia	6.901	6.577
Central Termelétrica de Cogeração	5.848	5.594
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.064	17.064
Cemig Trading	30.700	35.053
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	58.591	59.298
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	88.677	113.666
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	17.832	21.947
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	258.767	267.762
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	19.096	17.410
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.454	2.574
Cemig Serviços	98	99
	<u>9.656.886</u>	<u>8.855.886</u>
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	26.246	27.628
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	62.513	63.253
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	93.506	94.539
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	22.649	22.900
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	365.941	370.274
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	14.615	14.792
Ágio na Aquisição de Participação na Light	344.098	-
	<u>929.568</u>	<u>593.386</u>
	<u>10.586.454</u>	<u>9.449.272</u>

a) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2010			Janeiro a março de 2010	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	4.751.919	-	232.512
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.276.940	-	182.335
Light	203.934.060	25,53	2.225.822	3.488.280	-	224.779
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.081	281.513	-	5.535
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	129.565	-	5.234
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	114.192	-	5.627
GASMIG	409.255.483	55,19	643.779	752.169	55.012	24.945
Horizontes Energia	64.258.000	100,00	64.258	69.046	-	1.892
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	33.422	160	1.714
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	84.794	23	3.630
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	19.090	-	5.552
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	94.291	3.063	3.894
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.468	-	684
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	53.558	1.852	2.064
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	492	-	6
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	43.961	1.567	2.015
Transchile	33.340.000	49,00	62.852	184.271	-	-
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.901	-	324
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	5.848	-	255
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	34.794	-	(1.024)
Cemig Trading	160.297	100,00	160	30.700	-	(4.353)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	40,19	82.039	143.748	13.142	8.187
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	36,69	144.863	223.811	39.670	14.921
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	36,69	23.400	43.451	15.729	2.969
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	36,35	323.579	535.991	103.939	31.143
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	13,37	42.095	116.997	22.999	5.059
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	5.009	-	(244)
Cemig Serviços	100.000	100,00	100	98	-	(1)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	4.570.432	917.054	1.103.156
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.094.605	202.306	776.214
Light	203.934.060	13,03	2.225.822	3.269.616	432.340	588.803
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.081	276.043	16.019	28.229
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	124.331	22.208	21.151
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	108.565	29.603	27.404
GASMIG	409.255.483	55,19	643.779	789.774	23.516	84.966
Horizontes Energia	64.258.000	100,00	64.258	67.154	7.918	8.335
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	31.699	8.023	8.445
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	81.164	14.826	14.284
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	13.881	33.883	33.824
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	92.628	6.896	18.459
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	4.584	-	3.861
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	52.946	483	10.776
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	486	4	(1)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	42.857	-	8.920
Transchile	33.340.000	49,00	63.226	56.381	-	(6.333)
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	6.577	5.011	5.276
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	5.594	8.909	9.378
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	33.458	-	-
Cemig Trading	160.297	100,00	160	192	31.092	31.092
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	40,19	69.569	147.544	9.632	41.507
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	36,69	120.128	309.801	19.441	92.748
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	36,69	23.400	59.817	902	19.308
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	36,35	273.469	736.621	19.975	204.073
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	13,37	42.095	130.217	2.934	30.612
Axiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	5.253	-	(1.188)
Cemig Serviços	100.000	100,00	100	99	-	(1)

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	31/12/09	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	31/03/10
Cemig Geração e Transmissão	4.518.841	232.512	-	-	566	4.751.919
Cemig Distribuição	2.094.605	182.335	-	-	-	2.276.940
Cemig Telecom	276.043	5.535	-	-	(65)	281.513
Rosal Energia	124.331	5.234	-	-	-	129.565
Sá Carvalho	108.565	5.627	-	-	-	114.192
GASMIG	435.876	13.768	-	(30.363)	(4.159)	415.122
Horizontes Energia	67.154	1.892	-	-	-	69.046
Usina Térmica Ipatinga	31.699	1.714	-	-	9	33.422
Cemig PCH	81.164	3.630	-	-	-	84.794
Cemig Capim Branco Energia	13.881	5.222	-	-	(13)	19.090
Companhia Transleste de Transmissão	23.157	996	-	(766)	186	23.573
UTE Barreiro	4.584	684	-	-	(800)	4.468
Companhia Transudeste de Transmissão	12.707	495	-	(444)	95	12.853
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486	6	-	-	-	492
Companhia Transirapé de Transmissão	10.500	424	-	(383)	165	10.706
Transchile	27.627	(961)	-	-	3.547	30.213
Efficientia	6.577	324	-	-	-	6.901
Central Termelétrica de Cogeração	5.594	255	-	-	(1)	5.848
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.064	-	-	-	-	17.064
Light	477.622	42.873	374.420	-	(1.965)	892.950
Cemig Trading	35.053	(4.353)	-	-	-	30.700
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	59.298	3.283	162	(5.282)	1.130	58.591
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	113.666	5.222	-	(14.555)	(15.656)	88.677
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	21.947	1.059	-	(5.771)	597	17.832
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	267.762	11.063	1.113	(37.782)	16.611	258.767
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	17.410	601	-	(3.075)	4.160	19.096
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.574	(120)	-	-	-	2.454
Cemig Serviços	99	(1)	-	-	-	98
	8.855.886	519.319	375.695	(98.421)	4.407	9.656.886

a) Participação na Light

Foi apurado na aquisição da Light, um valor de menos valia de concessão correspondente à diferença entre o valor pago pela Rio Minas Energia (“RME”) e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961, sendo que a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%. Essa menos valia da concessão decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente da menos valia da concessão R\$75.002 foi incorporado ao patrimônio da Companhia após a cisão da RME, e está apresentado nas Informações Contábeis Intermediárias consolidadas como Passivo não Circulante, na rubrica de Outras Obrigações.

b) Mais valia de ativos nas aquisições de participações

Mais valia de ativos nas aquisições de participações das empresas adquiridas pela Companhia correspondem à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas e controladas em conjunto, decorrente da mais valia de concessões (Intangível) e do Ativo Financeiro da Concessão. A amortização da mais valia desses ativos que possuem vida útil definida ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

c) Fechamento da operação de compra de ações da LIGHT

Foi realizado em 25 de março de 2010 o pagamento referente à aquisição pela CEMIG de 25.494.500 ações ordinárias de emissão da Light S.A. (Light), de titularidade da Andrade Gutierrez Concessões (“AGC”), representando 12,50% do capital total e votante da Light. O preço pago pela Cemig referente à compra das ações foi de R\$718.518, correspondendo a R\$29,54 por ação, valor resultante da correção do preço estipulado no Contrato pela Taxa CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, desde 1º de dezembro de 2009 até a presente data, e dedução dos dividendos de R\$2,12 por ação declarados pela Light na Assembléia Geral Ordinária concluída em 24 de março de 2010.

Adicionalmente, também está previsto no Contrato a cessão das ações adquiridas a uma afiliada da Cemig ou a terceiros.

A Companhia apurou mais valia de ativos, nesta operação, no valor de R\$344.098, decorrente da mais valia da concessão.

A Companhia exerceu em 24 de março de 2010, opção de compra adicional de ações da Light, de 26.576.149 ações ordinárias, representando 9,77% do capital votante desta Companhia conforme demonstrado na Nota Explicativa 30.

IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	18.713.991	(11.052.661)	7.661.330	7.010.067
Terrenos	413.858	-	413.858	387.940
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.877.210	(4.727.063)	3.150.147	3.054.603
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.324.862	(1.414.872)	909.990	712.004
Máquinas e Equipamentos	8.037.001	(4.861.889)	3.175.112	2.849.394
Veículos	15.569	(12.860)	2.709	1.558
Móveis e Utensílios	45.491	(35.977)	9.514	4.568
Em Curso	770.658	-	770.658	1.292.856
Imobilizado Líquido - Consolidado	19.484.649	(11.052.661)	8.431.988	8.302.923

Mutação do Imobilizado

Consolidado	Saldo em 31/12/2009	Adição/Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2010
Em Serviço	7.010.067	789.628	(851)	(137.514)	7.661.330
Terrenos	387.940	25.918	-	-	413.858
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.054.603	132.641	(202)	(36.895)	3.150.147
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	712.004	210.853	(629)	(12.238)	909.990
Máquinas e Equipamentos	2.849.394	412.775	(20)	(87.037)	3.175.112
Veículos	1.558	1.814	-	(663)	2.709
Móveis e Utensílios	4.568	5.627	-	(681)	9.514
Em Curso	1.292.856	(522.161)	(37)	-	770.658
Imobilizado Líquido - Consolidado	8.302.923	267.467	(888)	(137.514)	8.431.988

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 31 de março de 2010 são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,49%
Termelétricas	3,98%
Administração e outras	12,69%
Telecomunicações	6,72%

12. INTANGÍVEL

Controladora	31/03/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço				
Com Vida Útil Definida	12.465	(11.887)	578	873
- Direito de uso de softwares	2.950	(2.935)	15	30
- Marcas e Patentes	5	(1)	4	4
- Direito Exploração de Concessão				
- Cemig Telecom SA	9.510	(8.951)	559	839
Em Curso	862	-	862	671
- Ativos em formação	862	-	862	671
Intangível Líquido - Controladora	13.327	(11.887)	1.440	1.544

Consolidado	31/03/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Servidão	32.377	(1.183)	31.194	20.006
Concessão onerosa	31.974	(6.897)	25.077	25.329
Ativos da concessão	8.571.653	(5.731.245)	2.840.408	2.291.916
Outros	132.319	(110.427)	21.892	166.741
Em formação	1.504.844	-	1.504.844	1.201.275
	10.273.167	(5.849.752)	4.423.415	3.705.267

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	31/12/2009	Adições	Baixa	Amortização	Transferências	31/03/2010
Servidão	20.006	19.466	-	(24)	(8.254)	31.194
Concessão onerosa	25.329	-	-	(252)	-	25.077
Ativos da concessão	2.291.916	672.471	(2.626)	(110.859)	(10.494)	2.840.408
Outros	166.741	11.473	-	(3.465)	(152.856)	21.893
Ativos em formação	1.201.275	224.521	-	-	79.047	1.504.843
	3.705.267	927.931	(2.626)	(114.601)	(92.557)	4.423.415

Os Ativos Intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que são baseados na vida útil dos ativos.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ReN ANEEL nº367/09 ou pelo prazo de concessão

13. FORNECEDORES

	Consolidado IFRS	
	31/03/2010	31/12/2009
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -		
Eletrobrás - Energia de Itaipu	159.294	148.645
Furnas	22.964	55.540
CCEE	29.471	36.276
Outros	398.774	277.899
	<u>610.503</u>	<u>518.360</u>
Materiais e Serviços	313.958	333.835
	<u>924.461</u>	<u>852.195</u>

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
ICMS	212.916	293.189	18.091	18.091
COFINS	51.370	60.083	-	9.931
PASEP	12.685	16.717	-	2.156
INSS	16.151	19.397	1.588	1.522
Outros	15.653	30.105	1.002	1.138
	<u>308.775</u>	<u>419.491</u>	<u>20.681</u>	<u>32.838</u>
Não Circulante				
COFINS	380.364	267.561	-	-
PASEP	82.579	58.089	-	-
Outros	977	977	-	-
	<u>463.920</u>	<u>326.627</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>772.695</u>	<u>746.118</u>	<u>20.681</u>	<u>32.838</u>

As obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social	Consolidado IFRS		Controladora IFRS	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
Imposto de Renda	225.568	91.548	2.017	-
Contribuição Social	81.204	35.560	771	-
	<u>306.772</u>	<u>127.108</u>	<u>2.788</u>	<u>-</u>
Não Circulante				
Obrigações Diferidas				
Imposto de Renda	829.741	737.398	-	-
Contribuição Social	298.707	251.233	-	-
	<u>1.128.448</u>	<u>988.631</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.435.220</u>	<u>1.115.739</u>	<u>2.788</u>	<u>-</u>

As Obrigações Diferidas, do Não Circulante, de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, em sua maior parte, ao efeito fiscal decorrente do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10 em 1 de janeiro de 2009.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/03/2010			2009
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6,00	US\$	23.747	66.788	90.535	87.205
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	10.769	58.803	69.572	66.775
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.712	2.682	5.394	7.146
BNP Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	10.478	-	10.478	10.170
KFW	2016	4,50	EURO	1.713	9.528	11.241	11.577
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	4.170	22.367	26.537	13.010
Santander do Brasil S.A. (13)	2010	Diversas	US\$	9.551	-	9.551	9.583
Banco do Brasil S.A. (13)	2010	5,93	US\$	2.438	-	2.438	2.429
Banco Inter Americano del Desarrollo (13)	2026	2,12	US\$	30.720	-	30.720	31.583
Outros	2019	Diversas	Diversas	11.856	27.504	39.360	11.788
Dívida em Moeda Estrangeira				108.154	187.672	295.826	251.266
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	75.182	-	75.182	75.156
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	43.840	79.214	123.054	120.376
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	278.686	502.785	781.471	764.460
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	33.558	81.958	115.516	112.767
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	10.894	126.000	136.894	133.978
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	44.661	1.200.000	1.244.661	1.219.007
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	93.446	225.648	319.094	311.459
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	951	2.605	3.556	3.880
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	55.677	-	55.677	54.427
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.036	75.987	103.023	102.460
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.142	117.004	124.146	124.159
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	500	1.365	1.865	1.821
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	118.914	282.940	401.854	392.289
Bradesco S.A. (23)	2010	113,00 do CDI	R\$	-	-	-	2.742.383
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	8.457	238.816	247.273	242.181
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (12) (15)	2031	IGP-M	R\$	-	38.161	38.161	37.053
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	26.654	308.733	335.387	318.699
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	10.042	453.901	463.943	445.946
Debêntures (28)	2012	CDI + 0,90	R\$	9.248	1.582.774	1.592.022	-
Debêntures (28)	2015	IPCA + 7,68	R\$	5.158	1.166.212	1.171.370	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.391	33.043	45.434	48.265
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	51.322	308.383	359.705	353.341
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	21.293	59.755	81.048	80.655
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	94.732	231.964	326.696	318.879
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	19.265	-	19.265	37.851
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	25.284	55.190	80.474	78.548
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	146.133	749.339	895.472	951.005
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais(25)	2025	10,00	R\$	691	8.879	9.570	9.731
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.048	25.501	27.549	28.232
UNIBANCO S.A (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	517	6.438	6.955	7.152
Debêntures I e IV (10)	2015	TJLP + 4,00	R\$	5	21	26	1.063
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	21.673	217.688	239.361	124.539
Debêntures VI (10)	2011	115% do CDI	R\$	2.406	75.751	78.157	38.890
CCB Bradesco S.A (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	4.758	114.896	119.654	59.738
ABN AMRO Real S.A. (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	20.610	-	20.610	10.765
Banco Itaú – BBA S.A (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	38	412	450	6.769
BNDES – FINEM (10)	2019	TJLP	R\$	22.150	113.076	135.226	71.554
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	456	4.801	5.257	6.709
UNIBANCO S.A (16)	2022	IGPM + 9,85	R\$	564	5.928	6.492	2.261
UNIBANCO S.A. (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	476	3.289	3.765	4.364
BNDES (17)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	137.403	137.403	134.660
Debêntures (17)	2013	IPCA	R\$	-	167.514	167.514	161.824
BNDES – Repasse	2033	TJLP	R\$	-	173.826	173.826	108.562
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2022	Diversas	R\$	43.967	212.371	256.338	273.913
BNDES (18)	2024	TJLP + 2,50	R\$	-	25.248	25.248	25.248
CEF S.A (19)	2022	TJLP + 3,50	R\$	5.890	59.394	65.284	64.170
CEF S.A (20)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.104	50.613	55.717	56.122
CEF S.A (21)	2022	TJLP + 3,50	R\$	8.073	82.751	90.824	88.957
BNDES (22)	2018	Diversas	R\$	32.866	236.765	269.631	303.833
Sindicato de Bancos (22)	2013	CDI + 0,90	R\$	5.313	14.376	19.689	-
Sindicato de Bancos (22)	2010	113% do CDI	R\$	184.598	-	184.598	180.472
BNDES (24)	2016	TJLP + 3,12	R\$	373	140.189	140.562	123.052
BNDES (26)	2019	TJLP + 4,50	R\$	254	6.504	6.758	-
BNDES (26)	2024	TJLP + 2,56	R\$	1.782	69.229	71.011	-
Debêntures (27)	2012	TJLP	R\$	-	32.672	32.672	-
Outros	2025	Diversas	R\$	7.619	29.325	36.944	78.056
Dívida em Moeda Nacional				1.592.697	9.936.637	11.529.334	11.041.681
Total Geral Consolidado				1.700.851	10.124.309	11.825.160	11.292.947

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora;

(3) a (8) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº 9;

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da Light;

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;

(12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;

(13) Financiamento da Transchile;

- (14) Financiamento de Cachoeirão;
- (15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (16) Empréstimos e financiamentos consolidados do grupo TBE;
- (17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
- (18) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.;
- (19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.;
- (20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.a.;
- (21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A.;
- (22) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto TAESA;
- (23) 3ª Emissão de Nota Promissória da Cemig Geração e Transmissão;
- (24) Empréstimo e financiamento da GASMIG;
- (25) Empréstimo realizado pela CEMIG TELECOM;

Em 03 de março de 2010, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 270.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.700.000, destinada ao pré pagamento da 3ª Emissão de Notas Promissórias (Commercial Papers). As debêntures da primeira série, no montante de R\$1.586.058 (valor atualizado de 09 de março de 2010), têm prazo de vencimento de 24 meses a contar da data de emissão e remuneração de taxa DI mais Spread de 0,90%. As debêntures de segunda série, no montante de R\$1.162.222 (valor atualizado de 10 março de 2010) têm prazo de vencimento de 60 meses a contar da data de emissão e remuneração de juros de 7,6796% ao ano. Essas debêntures contam com o aval da sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido os contratos de empréstimos com as Centrais Eólicas Praia de Parajuru, Praia de Morgado e Volta do Rio, no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, retardamento ou paralisação das obras, inexecução das obras no prazo contratual, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	101.226	34.130	31.058	27.988	2.938	196	196	52.725	250.457
Euro	3.084	4.270	2.929	1.588	1.588	1.588	1.588	-	16.635
UMBNDDES (**)	1.735	4.111	4.349	4.349	4.349	4.349	4.349	1.143	28.734
	106.045	42.511	38.336	33.925	8.875	6.133	6.133	53.868	295.826
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	15.812	1.227	109.496	58.630	-	1.317.512	151.300	151.301	1.805.278
Unidade Fiscal de Referência – UFIR/RGR	37.356	56.695	53.228	47.582	46.259	40.074	30.905	48.488	360.587
Certificado Depósito Interbancário – CDI	1.258.330	1.113.253	2.834.502	1.109.172	656.604	252.868	21.481	25.433	7.271.643
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	9.293	12.391	12.391	11.359	-	-	-	-	45.434
URTJ (*)	98.030	154.678	170.904	171.308	178.231	154.972	118.501	517.954	1.564.578
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	29.438	2.508	2.508	2.508	311.203	1.466	1.349	47.746	398.726
UMBNDDES (**)	6.656	9.583	9.583	9.576	9.501	9.214	3.720	483	58.316
Taxa Referencial – TR	20.652	-	-	-	375	94	-	-	21.121
Outros (IGP-DI, INPC) (***)	1.555	-	378	412	412	334	187	373	3.651
	1.477.122	1.350.335	3.192.990	1.410.547	1.202.585	1.776.534	327.443	791.778	11.529.334
	1.583.167	1.392.846	3.231.326	1.444.472	1.211.460	1.782.667	333.576	845.646	11.825.160

(*) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros.

(**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.

(***) IGP-DI – índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 31/03/2010	Indexadores	Variação no trimestre findo em 31/03/2010
	%		%
Dólar Norte-Americano	2,29	IGP-M	2,78
Euro	(3,98)	FINEL	0,55
		CDI	1,99

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2009	11.292.947	78.548
Aquisição de Controladas em conjunto – saldo inicial	289.070	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.196.654	-
Variação monetária e cambial	264	-
Custos na obtenção de recursos	56.957	-
Amortização de custos na obtenção de recursos	(286)	-
Encargos financeiros provisionados	235.552	1.926
Encargos financeiros pagos	(133.335)	-
Capitalização	1.150	-
Ajuste a Valor Presente	(2.038)	-
Amortização de financiamentos	(3.111.775)	-
Saldo em 31 de março de 2010	11.825.160	80.474

Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

Cláusulas contratuais restritivas – (“Covenants”)

A CEMIG e suas controladas possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) sendo as principais como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, uma não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31/03/2010
Cemig Geração e Transmissão		
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%	59,86%

A controlada Cemig Geração e Transmissão obteve dos credores os consentimentos de que não irão exercer o direito de exigir o pagamento imediato ou antecipado do montante devido até 31 de março de 2010. Os financiamentos são classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento em 23 de março de 2010.

Os Contratos de financiamentos da TAESA contemplam cláusulas restritivas relativas aos índices de cobertura do serviço da dívida. Em 31 de março de 2010, a TAESA e suas controladas apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos no Contrato.

A Madeira Energia possui empréstimo junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia S.A com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 31 de março de 2010.

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	IFRS	
	31/03/2010	31/12/2009
Reserva Global de Reversão – RGR	35.949	36.716
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	40.687	12.341
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	38.693	36.306
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.918	3.703
Eficiência Energética	209.412	185.857
Pesquisa e Desenvolvimento	194.964	175.209
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.759	2.731
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	5.282	6.838
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	3.195	15.629
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	5.917	-
	541.983	476.537
Passivo Circulante	363.806	324.234
Passivo Não Circulante	178.177	152.303

17. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria)

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos

participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.767.140, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”), no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. A partir de 1º de outubro de 2010, o plano de saúde passou a ser administrado pela Cemig Saúde, sendo mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Contábeis Intermediárias

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes.

Em função da pronúncia mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31 de dezembro de 2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$900.145 em 31 de março de 2010 (R\$903.516 em 31 de dezembro de 2009). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas Cemig GT e Cemig D, e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra patrimônio líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em

auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$965.998 em 31 de março de 2010 (R\$956.430 em 31 de dezembro de 2009). O efeito no consolidado da Companhia é da parcela correspondente a 25,53% deste valor conforme consolidação proporcional.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	44.629	24.353	1.318	21.245
Despesa Reconhecida no Resultado	1.766	1.609	69	735
Contribuições Pagas	(1.721)	(548)	(10)	(127)
Passivo Líquido em 31 de março de 2010	44.674	25.413	1.377	21.853

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	903.516	545.635	28.199	407.034
Despesa Reconhecida no Resultado	30.357	15.501	663	11.805
Contribuições Pagas	(33.728)	(10.722)	(191)	(2.510)
Passivo Líquido em 31 de março de 2010	900.145	550.414	28.671	416.329

18. PROVISÕES

A CEMIG e suas Controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ações em que a companhia é devedora:

A Companhia, e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

	Consolidado IFRS			
	Saldo em 31/12/2009	Adições / Atualizações (-) Reversões	Baixas	Saldo em 31/03/2010
Trabalhistas				
Diversos	102.358	26.301	(15)	128.644
Cíveis				
Danos Pessoais	26.585	3.614	(252)	29.947
Majoração Tarifária	70.023	13.050	(11.330)	71.743
Ambiental	9.076	1.080	-	10.156
Outras	129.914	32.598	(3.325)	159.187
Fiscais				
FINSOCIAL	21.533	59	-	21.592
PIS/COFINS	2.020	1.244	-	3.264
ICMS	15.165	15.229	-	30.394
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	85.493	1.141	-	86.634
INSS	9.071	7.773	-	16.844
Outras	16.978	1.390	(1.193)	17.175
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	73.811	4.158	(596)	77.373
Total	562.027	107.637	(15.518)	652.953

	Controladora BRGAAP			
	Saldo em 31/12/2009	Adições/Atualizações (-)Reversões	Baixas	Saldo em 31/03/2010
Trabalhistas				
Diversos	72.890	5.324	-	78.214
Cíveis				
Danos Pessoais	19.724	3.614	-	23.338
Majoração Tarifária	55.036	-	(11.330)	43.706
Outras	88.567	-	(3.325)	85.242
Fiscais				
FINSOCIAL	21.533	59	-	21.592
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	85.308	1.141	-	86.449
INSS	1.148	17	-	1.165
Outras	15.702	236	-	15.938
Regulatórios				
Processos Administrativos da ANEEL	24.003	880	-	24.883
Total	383.911	11.271	(14.655)	380.527

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração é de R\$310.482 sendo que a perda considerada como provável foi integralmente provisionada, no valor de R\$71.743 (R\$70.023 em 31 de dezembro de 2009).

Um dos consumidores industriais que possui ação judicial contra a Companhia nessa matéria obteve decisão parcialmente favorável em acórdão do Tribunal de Justiça, determinando que os seus créditos originados dessa ação fossem atualizados pela TR mais 2,00% desde 1991, o que implicaria em um desembolso de R\$240.459 pela Companhia. A CEMIG apresentará recurso contra esta decisão, de forma a questionar o valor mencionado e considera, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que a possibilidade de perda no valor mencionado é possível. Adicionalmente, entende que a perda provável nessa ação e que foi objeto de provisionamento das Demonstrações Financeiras é de R\$14.969.

(c) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$25.116 (R\$11.474 em 31 de dezembro de 2009).

(d) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$86.437 (R\$85.308 em 31 de dezembro de 2009) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(e) INSS

Em dezembro de 1999, o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$15.679.

(f) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$49.017.

(g) Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão S.A. foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R\$7.767.

(h) Outros

No que se refere as ações cíveis, são basicamente reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de dezembro de 2009 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

Entre as causas cíveis destaca-se a ação indenizatória ocasionada por incêndio em pastagem de propriedade rural, decorrente do rompimento de cabo de energia elétrica, cuja perda provável no montante de R\$35.062 encontra-se integralmente provisionada.

(i) Ações com avaliação de perda mais provável que não exista uma obrigação presente na data das Informações Contábeis Intermediárias

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(I) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$332.198, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de março de 2010, de R\$300.702 (R\$298.220 em 31 de dezembro de 2009). Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada

acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(II) ITCD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais questiona judicialmente a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD referente às contribuições de consumidores cujo montante em 31 de março de 2010 é R\$201.955 (R\$198.375 em 31 de dezembro de 2009). Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(III) Atos da Agência Reguladora

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$1.199.499 (R\$1.157.078 em 31 de dezembro de 2009), ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

(IV) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante

de R\$167.125, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$123.523 (R\$121.639 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(V) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$145.814 (R\$143.286 em 31 de dezembro de 2009), não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$50.275 (R\$49.349 em 31 de dezembro de 2009). Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(VI) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Companhia está envolvida em litígio com a Prefeitura de Belo Horizonte relativo aos critérios de incidência do ISSQN sobre os serviços executados pela Empresa. O valor envolvido na ação é de R\$43.107 (R\$41.837 em 31 de dezembro de 2009). Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível

(VII) Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$99.032 (R\$94.740 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda, sendo que a expectativa de perda é considerada como possível.

(VIII) Reclamações ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.126.127 (R\$1.080.756 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(IX) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e a Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. O montante envolvido é de R\$1.734.469. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessas ações é considerada remota.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$963.754 (R\$908.691 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Através de ação popular que questiona o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a CEMIG e o Ministério Público, é requerida a devolução aos cofres públicos dos valores pagos aos prestadores de serviços da Companhia que executaram o Programa Luz para Todos. O valor envolvido na ação é de R\$1.723.921 (R\$1.654.132 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(X) PIS-COFINS

A Light possuía dois processos judiciais discutindo a incidência do PIS e da COFINS, nos moldes preconizados pela Lei nº 9.718/98, a seguir expostos:

No primeiro, foi questionado as alterações impostas pela Lei em referência quanto (i) ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e (ii) à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. No Recurso da Companhia perante o STF foi proferida decisão definitiva, já transitada em julgado, em relação ao alargamento da base de cálculo, dando provimento ao Recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, tendo havido a respectiva reversão da provisão no 2º trimestre de 2008 no montante de R\$108.090, em contrapartida à rubrica “despesa financeira”.

No segundo, a Companhia alega a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados em Carta de Cobrança expedida pela Receita Federal em 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do Fisco Federal dentro do prazo legal. Foi obtida liminar suspendendo a cobrança, mantida pelo Tribunal Regional Federal e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso aos Tribunais Superiores. Quanto ao mérito, aguarda-se julgamento de 1ª instância, com prognóstico de perda possível segundo os assessores legais da Companhia. A Light optou por incluir este processo no novo parcelamento (Lei nº 11.941/09).

(XI) ICMS – Crédito Tributário

A Companhia foi notificada pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais pelo aproveitamento indevido de crédito de ICMS, referente a aquisição de bens do ativo permanente, nos meses de janeiro, março, abril, maio e julho a novembro de 2004. Foi efetuada a impugnação administrativa nos prazos legais e a perda é considerada possível pelos advogados da Companhia. O valor atualizado da matéria é de R\$58.129.

(XII) Anulação de Acordo RME

Através de ação Popular que solicita a anulação da operação de aquisição do Grupo Light pela Cemig através da empresa RME, participação acionária dos demais sócios e anulação de todas as transações subseqüentes, sendo o montante envolvido na ação estimado em R\$2.416.591. A empresa acredita ter argumentos de méritos para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessas ações é considerada remota.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2010, o capital Social da Companhia é de R\$3.101.884, representado por 271.154.243 ações ordinárias e 349.222.649 ações preferenciais, no total de 620.376.892 ações com valor nominal de R\$5,00 por ação.

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“Southern”). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

20. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado IFRS	
	31/03/2010	31/03/2009
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	3.465.493	3.632.182
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	335.042	274.055
Receita de Uso da Rede de Transmissão (b)	317.875	204.123
Outras Receitas operacionais (c)	152.379	138.268
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (d)	(1.393.136)	(1.356.806)
Receita Operacional Líquida	2.877.653	2.891.822

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh(*)		R\$	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Residencial	2.350.021	2.446.236	1.127.029	1.072.401
Industrial	5.587.941	5.593.627	925.275	869.588
Comércio, Serviços e Outros	1.472.502	1.566.568	642.326	636.899
Rural	503.200	455.518	140.721	96.987
Poder Público	229.729	258.624	98.150	104.450
Iluminação Pública	287.009	311.294	73.115	71.455
Serviço Público	309.607	327.063	90.141	85.177
Sub-Total	10.740.009	10.958.930	3.096.757	2.936.957
Consumo Próprio	11.436	12.815	-	-
Subvenção de Baixa Renda (**)	-	-	34.694	35.658
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(38.947)	290.844
	10.751.445	10.971.745	3.092.504	3.263.459
Suprimento a Outras Concessionárias (***)	3.237.078	2.748.037	331.127	269.857
Transações com energia na CCEE	1.520.035	832.304	39.315	98.866
Vendas no Proinfa	10.392	-	2.547	-
Total	15.518.950	14.552.086	3.465.493	3.632.182

(*) informação não revisada pelos auditores independentes

(**) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

(***) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso da Rede de Transmissão

	Consolidado IFRS	
	31/03/2010	31/03/2009
Receita de Uso da Rede Básica	291.694	175.586
Receita de Sistema de Conexão	26.181	28.537
	317.875	204.123

c) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado IFRS	
	31/03/2010	31/03/2009
Fornecimento de Gás	89.640	72.039
Serviço Taxado	3.554	3.663
Serviço de Telecomunicações	29.687	28.990
Prestações de Serviços	14.330	113.837
Aluguel e Arrendamento	15.128	16.475
Outras	40	3.264
	152.379	138.268

d) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado IFRS	
	31/03/2010	31/03/2009
Impostos sobre a Receita		
ICMS	718.997	740.065
COFINS	313.369	291.318
PIS-PASEP	68.349	55.592
Outros	1.586	1.021
	<u>1.102.301</u>	<u>1.087.996</u>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	42.690	41.721
Programa de Eficiência Energética – PEE	10.863	8.196
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	101.176	101.907
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	98.942	96.220
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	8.403	6.355
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	7.630	6.385
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	3.801	3.238
Encargos de Capacidade Emergencial	5.420	4.788
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	11.910	-
	<u>290.835</u>	<u>268.810</u>
	<u>1.393.136</u>	<u>1.356.806</u>

53

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas Operacionais	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Pessoal (a)	294.543	303.553	9.032	5.779
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	36.130	27.424	479	902
Obrigações Pós-Emprego	27.905	31.286	2.160	1.360
Materiais	28.251	26.259	46	40
Serviços de Terceiros (b)	178.221	159.648	1.310	2.428
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	717.941	810.985	-	-
Depreciação e Amortização	213.904	211.648	45	46
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	41.505	36.118	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	23.148	53.487	(4.672)	20.981
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	186.921	210.282	-	-
Gás Comprado para Revenda	49.481	39.245	-	-
Custos de Construção	56.793	29.794	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	72.592	58.661	7.327	9.750
	<u>1.927.335</u>	<u>1.998.390</u>	<u>15.727</u>	<u>41.286</u>

(a) Despesas com Pessoal	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Remunerações e Encargos	251.987	283.477	8.260	4.387
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	17.371	17.694	972	744
Benefícios Assistenciais	30.688	30.931	830	656
	<u>300.046</u>	<u>332.102</u>	<u>10.062</u>	<u>5.784</u>
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	11.133	(2.219)	371	(8)
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(16.636)	(25.862)	(1.401)	-
	<u>(5.503)</u>	<u>(28.862)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(8)</u>
	<u>294.543</u>	<u>303.553</u>	<u>9.032</u>	<u>5.779</u>

Programas de incentivo ao desligamento de empregados

Programa Prêmio Desligamento - PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 679 empregados (143 empregados da Cemig Geração e Transmissão S.A., 523 da Cemig Distribuição S.A. e 13 da Controladora), sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$50.374 integralmente no resultado de 2008.

Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A CEMIG implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a CEMIG garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

(b) Serviço de Terceiros	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	30.181	27.842	-	-
Comunicação	17.227	8.169	360	339
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos				
Elétricos	42.071	31.013	7	5
Conservação e Limpeza de Prédios	10.963	10.624	10	20
Mão de Obra Contratada	12.851	8.422	2	100
Fretes e Passagens	2.096	1.849	193	335
Hospedagem e Alimentação	4.185	3.659	41	48
Vigilância	4.137	3.897	-	-
Consultoria	1.645	5.755	554	1.079
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	4.336	5.431	-	1
Manutenção e Conservação de Veículos	5.366	5.036	3	-
Corte e Religação	6.477	5.353	-	-
Outros	36.686	42.598	140	501
	178.221	159.648	1.310	2.428

(c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado IFRS	
	31/03/2010	31/03/2009
Energia de Itaipu Binacional	203.592	324.921
Energia de curto prazo	34.258	30.970
PROINFA	43.757	48.409
Contratos Bilaterais	80.725	154.894
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	432.469	313.075
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Livre e Parcela A	-	(1.307)
Créditos de PASEP-COFINS	(76.860)	(59.977)
	717.941	810.985

(d) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Prêmio de Aposentadoria	(2.021)	(1.481)	(88)	-
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.796	29.097	-	(1.252)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	5.734	5.423	5.324	4.308
Provisão (Reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	3.563	1.279	880	353
Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	3.958	13.495	3.810	13.495
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	(11.042)	3.718	(11.330)	3.718
Outras Provisões (Reversões)	2.160	1.956	(3.268)	359
	23.148	53.487	(4.672)	20.981

(e) Outras Despesas Operacionais Líquidas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Arrendamentos e Aluguéis	13.425	9.558	275	141
Propaganda e Publicidade	6.198	3.584	3	655
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.562	3.426	-	-
Subvenções e Doações	3.811	3.684	240	240
Taxa de Fiscalização da ANEEL	11.889	10.679	-	-
Concessão Onerosa	5.565	2.318	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	7.099	6.146	62	14
Seguros	3.171	583	443	35
Anuidade CCEE	1.194	1.221	1	1
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.128	4.250	270	165
Outras Despesas	11.550	13.212	6.033	8.499
	72.592	58.661	7.327	9.750

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	94.093	66.383	12.746	6.588
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	32.464	27.513	-	-
Variações Monetárias	3.435	-	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	40.336	40.006	-	-
Variações Cambiais	15.445	20.875	-	1
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(825)	(424)	-	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	465	547	-	-
Ajuste a Valor Presente	9.547	614	-	-
Rendas FIDC	-	-	18.994	9.415
Outras	40.682	24.950	3.554	5.721
	235.642	180.464	35.294	21.725
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(231.034)	(199.809)	(1.926)	(2.677)
Variações Cambiais	(22.932)	2.584	(8)	(3)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(31.975)	(3.816)	-	-
Variação Monetária – concessão onerosa	(9.519)	2.825	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	(2.943)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(1.203)	(21.270)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(30.358)	(26.067)	(1.499)	(1.293)
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	(12.953)	(4.078)	(8.196)	(4.078)
Outras	(25.114)	(27.834)	(1.247)	(3.128)
	(365.088)	(280.408)	(12.876)	(11.179)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(129.446)	(99.944)	22.418	10.546

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	202.306	202.306	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	4.200	21.889	1.626	10.146	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	418.304	917.054	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	12	5.715	2.652	668	-	-	-	-
Light S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	56.341	56.345	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores (1)	1.620	1.700	-	-	19.188	19.051	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Circulante (2)	200.203	207.792	302.051	292.464	(639.431)	(598.178)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.787.105	1.823.644	-	-	21.342	30.592	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante (2)	65.185	65.095	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	55.738	60.619	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	207.382	207.382	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	38.161	37.053	-	-	(1.107)	(841)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	895.472	951.006	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	9.570	14.479	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (8)	-	-	82.471	81.654	-	-	(36.766)	(31.689)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante (8)	-	-	1.055.484	1.066.686	-	-	-	-
Outros	-	-	43.592	33.789	-	-	-	-
Pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(17.371)	(17.588)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(5.128)	(4.250)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	279.364	186.745	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	10.155	6.841	-	24	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.
- As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 9;
- Parcela substancial do valor refere-se a renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente, conforme nota explicativa nº 16;
- Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 9;
- Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial

- dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 18;
- (9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 18) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 31 de março de 2010 e 31 de março de 2009 é conforme segue:

	31/03/2010	31/03/2009
Remuneração	1.239	1.136
Participação nos Resultados	553	301
Benefícios Pós Emprego	112	6
Benefícios Assistenciais	19	31
Encargos	310	282
Total	<u>2.233</u>	<u>1.756</u>

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 5, 6, 9, 16, 18, 22.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item ‘b’). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria, o caixa e equivalentes de caixa, os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;

- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

Instrumentos financeiros	31/03/2010		31/12/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.487.203	4.487.203	4.424.959	4.424.959
Créditos com Consumidores	2.963.736	2.963.736	2.806.130	2.806.130
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	1.787.105	1.787.105	1.823.644	1.823.644
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos	11.825.160	11.825.160	11.292.947	11.292.947
Instrumentos Derivativos	79.128	79.128	78.305	78.305

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de março de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado e Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	250.457	229.393
(+/ -) Operações Contratadas de Hedge/swap	6.642	8.169
	<u>257.099</u>	<u>237.562</u>
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos – Euro (Nota 16)	16.635	18.722
Outros	28.734	3.151
Passivo Líquido Exposto	<u>45.369</u>	<u>21.873</u>
	<u>302.468</u>	<u>259.435</u>

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também por meio dos contratos de venda de energia a consumidores livres de longo prazo indexados a variação do dólar norte-americano. Esses contratos representam uma receita anual aproximadamente de US\$120 milhões.

Análise de sensibilidade

A Companhia com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário Provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2011 será de 13,19%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	250.457	283.492	354.365	425.238
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	6.642	7.518	9.398	11.277
	<u>257.099</u>	<u>291.010</u>	<u>363.763</u>	<u>436.515</u>
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)				
Euro	16.635	18.830	23.536	28.244
Outras	28.734	32.524	40.655	48.786
Passivo Líquido Exposto	<u>302.468</u>	<u>342.364</u>	<u>427.954</u>	<u>513.545</u>
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		(39.896)	(125.486)	(211.077)

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$45.509, em 31 de março de 2010 (R\$49.677 em 31 de dezembro de 2009).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Ativos				
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	4.311.837	4.313.903	414.370	634.887
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 16)	(7.271.643)	(8.162.927)	(80.474)	(78.548)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	6.642	8.169	-	-
	<u>7.265.001</u>	<u>(8.154.758)</u>	<u>(80.474)</u>	<u>(78.548)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>2.953.164</u>	<u>(3.840.855)</u>	<u>333.896</u>	<u>556.339</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de março de 2011 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 8,75%	Cenário Provável SELIC 11,75%	Cenário Possível SELIC 14,69%	Cenário Remoto SELIC 17,63%
Ativos				
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	4.311.837	4.818.478	4.945.246	5.072.014
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 16)	(7.271.643)	(8.126.061)	(8.339.666)	(8.553.270)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	6.642	7.422	7.618	7.813
	<u>(7.265.001)</u>	<u>(8.118.639)</u>	<u>(8.332.048)</u>	<u>(8.545.457)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.953.164)</u>	<u>(3.300.161)</u>	<u>(3.386.802)</u>	<u>(3.473.443)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	(346.997)	(86.641)	(86.641)

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira onde mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Uma das cláusulas restritivas não foi atendida em 31 de março de 2010 e a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) dos credores (nota 20), de que não irão exigir o vencimento antecipado das obrigações.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

Risco de Liquidez

A CEMIG apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Os principais indicadores de “covenants” financeiros, em que se confrontam as exigências de dívida com a geração de caixa (EBITDA) no 1º trimestre de 2010, demonstram o perfil de liquidez da Companhia.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da CEMIG é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a CEMIG adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A CEMIG administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam uma perda em 31 de março de 2010 no montante de R\$738 e R\$20.723 em 31 de março de 2009, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão, Cemig Distribuição e Madeira Energia em 31 de março de 2010.

Direito da Companhia e suas controladas	Obrigação da Companhia e suas controladas	Período de Vencimento	Mercado de negociação	Perda não realizada						Efeito Acumulado	
				Valor principal contratado		Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago
				31/3/2010	31/12/2009	31/3/2010	31/12/2009	31/3/2010	31/12/2009	31/3/2010	31/3/2010
Cemig Geração e Transmissão											
R\$ 106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	R\$75.000	R\$75.000	100	86	100	86	295	(395)
Cemig Distribuição											
US\$ variação cambial + taxa(5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa(1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	Em 06/2013	Balcão	US\$38.382	US\$38.382	(79.351)	(79.305)	(79.128)	(78.305)	-	-
Madeira Energia											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	1.313	(3.149)	1.313	(3.149)	11.210	(11.378)
						(77.938)	(82.368)	(77.715)	(81.368)	11.505	(11.773)

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de março de 2010 é negativo em R\$1.347 (positivo em R\$2.623 em 31 de março de 2009).

A contraparte da operação de derivativos da Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão é o banco Santander - ABN e o banco Credit Suisse First Boston respectivamente, e os contratos são de swap cambial.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real em 31 de março de 2011 será de R\$2,016 e que a taxa CDI em 31 de março de 2011 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar e do CDI de 25% e 50% em 2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 31 de março de 2011 seria de R\$2,52 e R\$3,024 respectivamente e a taxa CDI seria de 14,69% e 17,63%.

O segundo instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta à variação do CDI. A Companhia estima que a taxa do CDI em 31 de março de 2011 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31/03/2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31/03/2011 seria de 14,6875% e 17,625% respectivamente.

Cemig Geração e Transmissão	Base 31/12/2009 8,75%	Cenário Provável 11,25%	Cenário Possível 14,06%	Cenário Remoto 16,875%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos em US\$	75.000	84.896	108.546	130.255
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(9.896)	(33.546)	(55.255)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	83.813	86.016	88.219
Efeito Líquido da Variação do US\$		(8.813)	(11.016)	(13.219)

Cemig Distribuição	Base 31/12/2009 8,75%	Cenário Provável 11,25%	Cenário Possível 14,06%	Cenário Remoto 16,875%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	68.358	76.390	78.398	80.406
Efeito Líquido da Variação da CDI		(8.032)	(10.040)	(12.048)
Risco - Alta do US\$				
Contrato em US\$	68.358	77.378	96.723	116.067
Efeito Líquido da Variação do US\$		(9.020)	(28.365)	(47.709)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

25. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de março 2010	Valor justo em 31 de março de 2010		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	4.083.468	-	4.083.468	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	56.188	56.188	-	-
Letras do Tesouro Nacional	43.486	43.486	-	-
Passivos				
Contratos de Swaps	79.128	-	79.128	-

Metodologia de cálculo do valor justo

- O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

26. REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO DE 2010

Revisão Tarifária – IRT 2010

Em 06 de abril de 2010, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram um impacto médio positivo de 1,67% a partir de 8 de abril de 2010.

27. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais)

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	31/03/2010		31/03/2009		31/03/2010		31/03/2009	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	4.270.789		4.248.628		74		84	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.797)		(29.097)		-		1.252	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(717.941)		(810.985)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(186.921)		(210.282)		-		-	
Serviços de Terceiros	(178.221)		(159.648)		(1.310)		(2.428)	
Gás Comprado para Revenda	(49.480)		(39.245)		-		-	
Materiais	(28.251)		(26.259)		(46)		(40)	
Outros Custos Operacionais	(108.589)		(85.407)		(2.573)		(31.795)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.980.589		2.887.705		(3.855)		(32.927)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(213.904)		(211.648)		(45)		(46)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	2.766.685		2.676.057		(3.900)		(32.973)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		519.319		465.397	
Receitas Financeiras	235.642		209.195		35.294		21.725	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	3.002.327		2.885.252		550.713		454.149	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	291.696	10,63	325.553	11,28	11.526	2,09	5.021	1,11
Remuneração direta	214.219	7,45	249.272	8,64	4.368	0,79	2.781	0,61
Benefícios	51.047	2,26	60.938	2,11	5.968	1,08	1.360	0,30
FGTS	15.297	0,53	15.343	0,53	819	0,15	880	0,19
Outras	11.133	0,39	-	-	371	0,07	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	1.814.987	62,11	1.777.886	61,62	6.073	1,10	(3.325)	(0,73)
Federais	1.090.184	36,89	1.033.666	35,83	6.018	1,09	(3.325)	(0,73)
Estaduais	721.504	25,11	742.351	25,73	5	-	-	-
Municipais	3.299	0,11	1.869	0,06	50	0,01	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	375.578	12,67	320.508	11,11	13.048	2,37	11.368	2,50
Juros	365.088	12,30	309.139	10,71	12.876	2,34	11.179	2,46
Aluguéis	10.490	0,37	11.369	0,40	172	0,03	189	0,04
Remuneração de Capitais Próprios	520.066	14,59	461.305	15,99	520.066	94,44	441.085	97,12
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	20.220	0,70	-	-	-	-
Lucros Retidos	520.066	14,59	441.085	15,29	520.066	94,44	441.085	97,12
	3.002.327	100,00	2.881.052	100,00	550.713	100,00	454.149	100,00

28. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado e Controladora	
	31/03/2010	31/03/2009
RESULTADO DO PERÍODO	520.066	461.305
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	174	-
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	1.220	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	521.460	461.305
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	521.460	441.085
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	-	20.220

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Oferta Pública de Ações – OPA da TAESA

Em 23 de março de 2010 a controlada em conjunto Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Ofertante”), publicou Edital visando submeter aos acionistas detentores de ações e/ou units, de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (atual denominação social da Terna Participações S.A.) (“TAESA”), oferta pública para a aquisição das Ações e Units de emissão da Companhia (“Oferta”), cujas principais condições encontram-se estabelecidas a seguir:

Para adquirir o controle acionário da TAESA, a Ofertante pagou a montante de R\$2.148.379.099,24, correspondendo a R\$37,14 por *Unit* e R\$12,38 por Ação (“Preço da Aquisição”), o qual já contempla a dedução dos valores de dividendos que foram pagos pela TAESA em 26 de outubro de 2009, nos montantes de R\$3,443522063 por *Unit* e R\$1,147840688 por Ação, bem como a correção de 103% da Taxa Selic desde 30 de setembro de 2009 até 03 de novembro de 2009, exclusive, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações da TAESA.

A Ofertante adquiriu as Ações e as *Units* dos destinatários da Oferta por um preço equivalente a 100% do Preço da Aquisição, ou seja, R\$37,14 por *Unit* e R\$12,38 por Ação (“Preço da Oferta”).

O Preço da Oferta foi pago à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Liquidação. O Preço da Oferta foi corrigido pela taxa Selic, calculada pro rata temporis a contar da Data de Fechamento, ou seja, desde a Data do Fechamento, exclusive, até

a Data de Liquidação, inclusive. O Preço da Oferta foi informado pela Instituição Intermediária ao Diretor de Operações da BM&FBOVESPA em até 2 dias antes da data de realização do Leilão.

O acionista que desejaram aceitar a Oferta habilitou-se até às 18h, do dia anterior à data de realização do Leilão junto à Itaú Corretora ou a qualquer outra sociedade corretora autorizada a operar no segmento BOVESPA da BM&FBOVESPA (“Corretora”), de forma que tal Corretora possa representá-lo no Leilão.

O leilão da Oferta foi realizado no dia 06 de maio de 2010 (“Data do Leilão”), às 13 horas, obedecendo às regras estabelecidas pela BM&FBOVESPA (“Leilão”).

O Edital de Oferta Pública para Aquisição de Ações Ordinárias, Ações Preferenciais e UNITS de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A estava disponível no site da companhia (www.taesa.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b) Aumento do Capital Social aprovado na Assembléia Geral ordinária e extraordinária de 29 de abril de 2010

O Conselho de Administração da CEMIG propôs à Assembléia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através, principalmente, da utilização das Reservas de Lucros, de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo das Reservas de Lucros ao valor do Capital Social da Companhia.

A Assembléia Geral autorizou, em 29 de abril de 2010, a aprovação do aumento do Capital Social da CEMIG de R\$3.101.884 para R\$3.412.073 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$294.941 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$15.248 da Reserva de Capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 10% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

c) Captações de Recursos pela Cemig Distribuição

Em maio de 2010, a Cemig Distribuição efetuou captação de R\$600 milhões no Banco do Brasil, por meio de cédulas de crédito comercial, sendo R\$230 milhões destinados a operações de rolagem de dívidas bancárias e R\$370 milhões destinados a a reforço do Capital de Giro da Companhia.

d) Primeira revisão tarifária da transmissão Cemig Geração e Transmissão

A primeira Revisão Tarifária da Transmissão, para toda a base de ativos da Companhia, foi aprovada pela diretoria da ANEEL, em 17 de junho de 2009, na qual a ANEEL fixou o

reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Em 01 de junho de 2010, a ANEEL concedeu e deu provimento ao Recurso Administrativo, interposto pela Companhia, com alteração no reposicionamento da sua primeira Revisão Tarifária periódica de 5,35% para 6,96 %.

Adicionalmente, foi estabelecido, pela ANEEL, um componente financeiro de R\$168.632, a ser pago à Companhia por meio da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário, ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009, já acrescido do montante oriundo do Recurso Administrativo em R\$10.542. A primeira parcela, de R\$85.732, foi incorporada ao reajuste do ciclo 2009/2010 e, já foi integralmente recebida. A segunda parcela, de R\$93.009, será compensada no reajuste 2010/2011.

e) Segunda revisão tarifária da transmissão Cemig Geração e Transmissão

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da Segunda Revisão Tarifária da Transmissão da Companhia, que fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) em menos 15,88%, retroativo a junho de 2009. Dessa forma, foi apurado um ressarcimento de R\$75.568 aos usuários do Sistema de Transmissão durante o Ciclo Tarifário de julho de 2010 a julho de 2011.

f) Alteração relevante na composição acionária da Cemig e do Conselho de Administração e Fiscal

Alteração na composição acionária

Em 18 de junho de 2010, a Companhia recebeu correspondência da Southern Electric Brasil Participações Ltda. e da AGC Energia S.A, com o seguinte conteúdo:

“Vimos pela presente informar V.Sa. da consumação, na presente data, da alienação da participação detida pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“SEB”) na Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”) para a AGC Energia S.A. sociedade anônima fechada, com sede na Avenida do Contorno, 8.123, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 11.221.326/0001-65 (“AGC Energia”), controlada da Andrade Gutierrez Concessões S.A. (“AGC”).

A alienação em questão se deu nos termos do contrato de compra e venda de ações (Share Purchase and Sale Agreement) (“SPA”) celebrado entre a SEB e a AGC Energia, com a interveniência da AGC, em 12 de novembro de 2009, conforme aditado, e compreende a totalidade da participação detida pela SEB na CEMIG, ou seja,

98.321.592 (noventa e oito milhões, trezentas e vinte e uma mil, quinhentas e noventa e duas) ações ordinárias de emissão da CEMIG, representativas de 32,96% (trinta e dois inteiros e noventa e seis centésimos por cento) do capital votante e 14,41% (quatorze inteiros e quarenta e um centésimos por cento) do capital social total da CEMIG.

Notamos que a presente comunicação tem por objetivo informar à CEMIG da venda das ações de sua emissão detidas pela SEB, visando: (i) atender o disposto no artigo 12 da Instrução nº 358/2002 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), ressaltando que referida operação não altera a composição do controle acionário nem a estrutura administrativa da CEMIG; (ii) atender ao disposto no parágrafo 1º do artigo 3º, da Instrução CVM nº 358/2002, permitindo à CEMIG dar cumprimento às suas obrigações perante a CVM e à bolsa de valores em que as suas ações sejam negociadas, inclusive, conforme o caso, para a divulgação de fato relevante relativo à operação ora informada; e (iii) permitir que a CEMIG, caso exigido, preste quaisquer informações devidas à qualquer outro órgão ou autoridade competente, inclusive, se aplicável, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).”

g) Aquisição de participação acionária - Ativas

Em 8 de julho de 2010, a Cemig Telecom assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Ativas Participações S.A. (“Ativas Participações”), visando a compra de 9.804.900 ações ordinárias, representativas de 49% do capital votante da empresa Ativas, cujo objetivo social é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física de ambientes de tecnologia da informação, armazenamento de base de dados e site-backup, serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade, consultoria em TIC, conectividade com venda de acesso e banda internet, estando construindo para tanto um Data Center classificado na categoria “Tier III” (Uptime Institute), para atendimento a médias e grandes corporações. O investimento inicial foi de R\$6.753 mil, equivalente a 6.753.615 ações ordinárias, sendo aumentado em R\$1,00 para cada ação pendente de integralização pela Ativas Participações S.A. até 31 de março de 2011, não sendo apurado ágio na aquisição.

h) Encerramento de distribuição pública da primeira emissão de debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. registrou em 20 de julho de 2010 na CVM o encerramento da distribuição pública de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, em duas séries, sendo 34.500 debêntures da primeira série e 25.500 debêntures da segunda série, da 1ª emissão da

Emissora, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, perfazendo o valor total de R\$600.000. A Oferta foi aprovada por Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 1º de junho de 2010.

i) Alteração na composição dos Conselhos de Administração e Fiscal

A Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG, realizada em 04 de agosto de 2010, alterou a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal da CEMIG, conforme quadro a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Sergio Alair Barroso	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Aécio Ferreira da Cunha	Adriano Magalhães Chaves
Francelino Pereira dos Santos	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Villela Paschoal	Cezar Manoel de Medeiros
Ricardo Coutinho de Sena	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Newton Brandão Ferraz Ramos
Eduardo Borges de Andrade	Ricardo Antônio Mello Castanheira
Otávio Marques de Azevedo	Renato Torres de Faria
Saulo Alves Pereira Junior	Tarcísio Augusto Carneiro

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcelos Drumond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura
Helton da Silva Soares	Rafael Cardoso Cordeiro

j) Aquisição de participação acionária Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”)

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), empresa na qual a sua subsidiária integral CEMIG GT possui 48% do capital votante, celebrou, em 06 de agosto de 2010, com a CYMI Holding S.A. (“CYMI”), também denominada como vendedora, um Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 49,99% do capital social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “NTE”), (ii) 49,90% do capital social da STE - Sul Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “STE”) e (iii) 40% do capital social da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. – IEMG (a “IEMG”), todas concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

A TAESA pagou pela aquisição de participação nas Transmissoras o valor global de R\$275.470 mil. O preço da aquisição foi corrigido pela variação acumulada da SELIC entre as datas de celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e o dia útil imediatamente anterior à data da conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA estiveram sujeitas a ocorrência de diversas condições suspensivas, destacando-se: (i) não exercício, pelos demais acionistas das Transmissoras, de qualquer direito de preferência sobre as ações a serem adquiridas; (ii) aprovação pelas Assembleias Gerais de Acionistas da Vendedora e da TAESA, (iii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iv) aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Além disso, a operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), nos termos da Lei nº 8.884/94.

Nos termos dos acordos de acionistas firmados entre os atuais acionistas das Transmissoras, foi dado aos acionistas remanescentes o direito de venda conjunta (“tag along”) nas mesmas condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

k) Fundo de Investimento em Participações Redentor – FIP Redentor

Foi outorgada na Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG, datada de 24 de março de 2011, uma opção de venda ao Fundo de Investimento em Participações Redentor – FIP Redentor (“FIP Redentor”), que terá o direito de vender a totalidade das ações da Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), pertencentes ao FIP Redentor, ao final do 60º mês da data de subscrição das ações, mencionado na letra “f” desta nota. O valor do exercício corresponderá ao valor pago na subscrição das ações, adicionado a outros gastos para constituição e administração do fundo, atualizados pelo CDI + 0,9% a.a.

A Parati foi constituída com o objetivo de adquirir as ações representativas de 26,06% do capital votante da Light, detidas originalmente pelo FIP PCP e pela Enlighted. A CEMIG participará em até 25% da Parati, e os demais cotistas (Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Votorantim S.A., BB Banco de Investimento S.A. e BTG Pactual S.A.) a partir de 75%.

l) Reajuste Tarifário Da Cemig Distribuição De 2011

Em 08 de abril de 2011, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 6,04% a partir daquela data.

m) Aquisição de ações da Redentor Energia S/A. pela Parati S/A.

A Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), empresa controlada da Cemig, adquiriu em 12 de abril de 2011, 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor Energia S.A. (“Redentor”), pelo valor total de R\$403.350 mil, correspondendo a um preço por ação de R\$6,87.

Como a transação resultou na transferência do controle da Redentor, a Parati realizará oferta pública para a aquisição das ações remanescentes da Redentor, de acordo com os termos e condições do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 361/02, e do item 8.1 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado”), pelo mesmo preço por ação pago ao FIP-PCP (“OPA”).

Adicionalmente, a Parati poderá, dentro do prazo de um ano, realizar oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de companhia aberta da Redentor, bem como sua saída do Novo Mercado, sem que os acionistas da Redentor recebam a diferença, caso existente, entre o preço a ser pago na OPA e o preço a ser pago na oferta de que trata este parágrafo.

n) Novas Captações Cemig Distribuição

Em 20 de abril de 2011, a Companhia captou, junto ao Banco do Brasil, R\$410.000, representados por uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210.000, garantida por duplicatas escriturais de emissão própria, e, uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200.000, com aval de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. O recurso captado será utilizado no reforço do capital de giro e rolagem de dívidas da Companhia e serão liquidados até 2014. O montante captado por meio de cédula de crédito será liquidado em duas parcelas, sendo a primeira em 09 de abril de 2013 e a segunda em 04 de abril de 2014. O montante captado por meio de nota de crédito será liquidado, em parcela única, em 04 de abril de 2014.

o) Emissão de Debêntures da Ligth SESA

Em maio de 2011, a Light SESA concluiu sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$650.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.

As debêntures foram emitidas em 2 de maio de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 5 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + spread de 1,35% ao ano definido em processo de bookbuilding, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 2 de maio de 2016.

Em maio de 2011, a Light Energia concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$170.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.

As debêntures foram emitidas em 10 de abril de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 12 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + spread de 1,45% ao ano, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 10 de abril de 2016.

p) Aquisição de participação acionária - ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a TAESA adquire uma concessão e a participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo ABENGOA que aumentará a sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6% em termos de Receita Anual Permitida (RAP). Com a operação a TAESA se consolida como a maior transmissora privada com contratos do Novo Modelo, que são os outorgados a partir de 2000, com duração de 30 anos. A Companhia pagará por esta aquisição, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$1.099.224, referente à data-base de 31/12/2010.

q) Aquisição de participação na Light - Exercício de Opção

Em 07 de outubro de 2010, a Enlighted Partness Venture Capital LLC (“Enlighted”) exerceu a opção de venda de suas quotas no Luce LLC (“Luce”), à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ou a terceiro indicado por ela, objeto do Contrato de Opção de Venda de Quotas e Outras Avenças (“Opção”) celebrado em 24 de março de 2010 entre CEMIG e Enlighted.

Em 7 de julho de 2011, a PARATI S.A. – PARTICIPAÇÕES EM ATIVOS DE ENERGIA ELÉTRICA (“Parati”), Controlada da CEMIG, adquiriu 100% das participações na Luce, proprietária de 75% das quotas do LUCE BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (“FIP Luce”), que por sua vez é detentor indireto, através da LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., de 26.576.149 ações ordinárias de emissão da Light S.A. (Light), representando, aproximadamente, 9,77% do seu capital total e votante.

O valor pago à Enlighted pela referida aquisição foi de R\$515.946. Em decorrência desta transação e conforme previsto no Acordo de Quotistas do FIP Luce, a Fundação de Seguridade Social Braslight (“Braslight”), detentora dos 25% restantes das quotas do FIP Luce, passou a ter uma opção de venda de sua participação à Parati, que, caso fosse exercida, deveria ocorrer em um prazo máximo de 60 dias.

Em 15 de julho de 2011, a Parati, através da Luce, foi notificada pela Braslight, que exercerá a Opção de Venda (“Opção de Venda”) de sua participação de 25% no FIP Luce.

O valor a ser pago à Braslight pela referida aquisição será de R\$171.982, e a Parati terá o prazo máximo de 30 dias contados da data da notificação, para efetuar o pagamento, sem quaisquer ajustes.

O exercício das opções mencionadas não afeta a validade do acordo de acionistas atualmente vigente, celebrado em 30 de dezembro de 2009, disponível no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

O pagamento do valor do exercício e a transferência das ações da Parati estão condicionados à aprovação prévia da ANEEL.

r) Aquisição de participação acionária - Renova

A companhia, por meio da Ligth, aprovou em 09 de julho de 2011 uma parceria com a Renova Energia, empresa negociada em bolsa e que investe em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólicas. Com o negócio, de cerca de R\$ 400 milhões, a Ligth passará a deter 26% do capital total e 50% do bloco de controle da Renova.

30. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	12.364.434	14.060.569	8.993.313	2.530.283	853.638	861.315	334.758	202.702	162.698	644.436	(9.015.912)	31.992.234
Caixa e Equivalentes de Caixa	418.788	2.953.159	474.203	225.649	29.340	136.219	57.446	19.845	16.902	155.652	-	4.487.203
Contas a Receber	1.847.948	624.120	1.858.731	431.188	22.389	209.046	-	5.091	3.409	20.131	(271.212)	4.750.841
Outros Ativos	490.444	829.087	1.948.919	472.487	272.190	55.639	50.475	13.783	343	(139.816)	(74.024)	3.919.527
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	9.607.254	9.654.203	4.711.460	1.400.959	529.719	460.411	226.837	163.983	142.044	608.469	(8.670.676)	18.834.663
PASSIVO	12.364.434	14.060.569	8.993.313	2.530.283	853.638	861.315	334.758	202.702	162.698	644.436	(9.015.912)	31.992.234
Fornecedores e suprimentos	15.148	126.525	619.899	140.398	3.971	46.652	10.399	8.639	7.268	28.725	(83.163)	924.461
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	80.474	7.004.525	2.672.126	622.795	293.650	140.562	32.672	-	-	82.884	895.472	11.825.160
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	949.623	418.304	202.306	110.387	73.462	39.955	-	29.603	22.208	114.322	(1.010.547)	949.623
Obrigações Pós-Emprego	93.317	430.608	1.367.048	246.643	-	-	-	-	-	-	-	2.137.616
Outros Passivos	521.535	1.328.687	1.854.994	517.110	99.672	219.023	10.174	50.268	3.657	70.371	(146.998)	4.528.493
Patrimônio Líquido	10.704.337	4.751.920	2.276.940	892.950	382.883	415.123	281.513	114.192	129.565	348.134	(8.670.676)	11.626.881
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	74	874.972	1.647.021	237.631	50.300	71.456	24.009	11.108	8.893	39.697	(87.508)	2.877.653
Custos e Despesas Operacionais	(17.226)	(432.936)	(1.313.976)	(171.090)	(14.691)	(55.620)	(16.012)	(2.939)	(3.541)	18.818	87.508	(1.921.704)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(73.773)	(609.106)	(70.775)	-	-	-	36	(66)	(516)	36.259	(717.941)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(64.148)	(150.585)	(18.738)	-	-	-	-	(689)	(2.074)	49.313	(186.921)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(49.480)	-	-	-	(0)	-	(49.481)
Custo de construção	-	(25.031)	-	(28.992)	(396)	-	-	-	-	(2.375)	-	(56.793)
Pessoal	(9.032)	(72.087)	(197.528)	(6.642)	(1.448)	(3.795)	(2.098)	(269)	(327)	(1.317)	-	(294.543)
Participações dos Empregados no Resultado	(479)	(6.896)	(28.278)	(319)	-	(64)	-	(63)	(31)	(0)	-	(36.130)
Obrigações Pós-Emprego	(3.659)	(11.654)	(37.908)	(5.041)	-	-	-	-	-	30.357	-	(27.905)
Materiais	(46)	(4.650)	(22.035)	(1.149)	(75)	(248)	88	(60)	(20)	(56)	-	(28.251)
Serviços de Terceiros	(1.310)	(34.864)	(122.312)	(10.935)	(2.822)	(1.362)	(5.208)	(663)	(854)	173	1.936	(178.221)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(35.385)	(4.555)	-	-	-	-	(558)	(341)	(666)	-	(41.505)
Depreciação e Amortização	(45)	(84.442)	(93.321)	(12.371)	(9.316)	(1.007)	(7.545)	(1.391)	(1.100)	(3.366)	-	(213.904)
Provisões Operacionais	4.672	427	(14.353)	(13.231)	-	-	(15)	(7)	-	(641)	-	(23.148)
Outras Despesas Líquidas	(7.327)	(20.432)	(33.995)	(2.897)	(634)	337	(1.234)	36	(113)	(703)	-	(66.962)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(17.152)	442.036	333.045	66.540	35.610	15.836	7.997	8.169	5.352	58.515	-	955.948
Resultado Financeiro Líquido	23.917	(85.467)	(26.949)	(7.710)	(8.218)	4.517	338	356	273	(36.133)	-	(135.075)
Resultado antes do IR e CSLL	6.765	356.569	306.096	58.830	27.392	20.354	8.335	8.525	5.625	22.382	-	820.873
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.018)	(124.058)	(123.760)	(15.957)	(5.971)	(6.585)	(2.801)	(2.899)	(389)	(12.368)	-	(300.807)
Resultado do Período	747	232.511	182.336	42.873	21.421	13.769	5.534	5.626	5.236	10.014	-	520.066

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, os resultados do 1º trimestre de 2010 e 2009 foram alterados para refletirem essas modificações.

Resultado do Período

A CEMIG apresentou, no primeiro trimestre de 2010, um Resultado do Exercício consolidado de R\$520.066, em comparação ao Resultado do Exercício consolidado de R\$461.305 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 12,74%. Esse aumento deve-se, principalmente, a redução nos custos e despesas operacionais em 2010.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no primeiro trimestre de 2010 foi de R\$1.164.222 comparados a R\$1.079.013 no mesmo período do ano anterior, um aumento de 7,90%.

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2010	31/03/2009	Var %
Resultado do Período	520.066	461.305	12,74
+ Provisão IR e Contribuição Social	300.806	332.183	(9,45)
+ - Resultado Financeiro Líquido	129.446	73.877	75,22
+ Amortização e Depreciação	213.904	211.648	1,07
= LAJIDA	1.164.222	1.079.013	7,90

Deve ser ressaltado que com a cisão parcial da RME, a Companhia deixou de consolidar, em 2010, 25% do resultado da Light e consequente ajuste na rubrica de “Participações dos Acionistas não Controladores”, passando a consolidar apenas os 13,03% de participação direta, o que implica em um menor Lajida consolidado da Light em 2010.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.465.493 no primeiro trimestre de 2010 em comparação a R\$3.632.182 no primeiro trimestre de 2009, uma redução de 4,59%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, excluído o consumo próprio, foi de R\$3.092.504 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$3.263.459 no primeiro trimestre de 2009. Os principais itens que afetaram o resultado, conforme já relatados anteriormente são como segue:

- Aumento do preço médio por MWh para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão em função de reajuste nos contratos.
- Reajuste tarifário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral no primeiro trimestre de 2010);
- Maior recebimento em 2009 de ativos regulatórios, destacando-se os valores da parcela A, através da RTE (Recomposição Tarifária Extraordinária).
- Redução de 2,00% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio). Essa redução deveu-se principalmente ao reflexo da mudança de percentual de consolidação da Light, que passou de 25% para 13,0325% em decorrência da cisão parcial da RME em 2009. Se considerarmos o percentual de 13,0325% em março de 2009, o volume de energia faturada apresenta um aumento de 3,18%.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	1º Trimestre de 2010	1º Trimestre de 2009	Var %
Residencial	2.350.021	2.446.236	(3,93)
Industrial	5.587.941	5.593.627	(0,10)
Comércio, Serviços e Outros	1.472.502	1.566.568	(6,00)
Rural	503.200	455.518	10,47
Poder Público	229.729	258.624	(11,17)
Iluminação Pública	287.009	311.294	(7,80)
Serviço Público	309.607	327.063	(5,34)
Total	10.740.009	10.958.930	(2,00)

(*) Valores em MWh considerando o percentual de participação da Light de 13,0325%

Receita com Suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$331.127 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$269.857 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 22,70%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 17,80% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais que passou de 2.748.037 MWh no primeiro trimestre de 2009 para 3.237.078 MWh no primeiro trimestre de 2010.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$335.042 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$274.055 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 22,25%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor elétrico e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência da recuperação da atividade industrial e migração de clientes cativos para o Mercado livre.

Receita de Uso da Rede de Transmissão

A Receita de Uso da Rede apresentou um crescimento de 55,73% correspondente a R\$113.752 (R\$317.875 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$204.123 no primeiro trimestre de 2009).

Esta receita representa a disponibilização da rede de transmissão ao sistema interligado da Cemig GT e também das transmissoras controladas em conjunto, entre os quais destacamos o grupo de transmissoras conhecidas como TBE e Taesa.

O aumento nesta receita em 2011 decorre principalmente da aquisição de participação na Taesa em outubro de 2009 através de oferta pública de ações, o que impactou favoravelmente na consolidação dessas receitas no primeiro trimestre de 2011.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.393.136 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$1.356.806 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 2,68%. Os principais impostos e encargos incidentes sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os encargos referentes a CCC foram de R\$98.942 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$96.220 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 2,83%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de Transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes a CDE foram de R\$110.176 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$101.907 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 8,11%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Os demais impostos e encargos incidentes sobre a receita são calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no primeiro trimestre de 2010 foram de R\$1.927.335 comparados a R\$2.024.457 no primeiro trimestre de 2009, uma redução de 4,80%. Este resultado decorre principalmente da redução nos custos com energia comprada para revenda e encargos de uso da rede de transmissão. Vide mais informações na nota explicativa 21 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$717.941 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$810.985 no primeiro trimestre de 2009, representando uma redução de 11,47%. Este é um Custo não controlável, na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 às Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$178.221 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$159.648 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 11,63% com as principais variações nos gastos com comunicação, manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos e despesas com mão de obra contratada, conforme segue:

- Os serviços de comunicação foram de R\$17.227 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$8.169 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 110,89%. Esta variação decorre de efeitos sazonais de renegociações contratuais, que até o final de março de 2009 não haviam sido concluídos.
- Os serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos foram de R\$42.071 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$31.013 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 35,66%. Esta variação decorre principalmente da

maior atividade nesses processos e reajuste de contratos e da consolidação das empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.

- A despesa com mão de obra contratada foi de R\$12.851 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$8.422 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 52,59%. Esta variação decorre principalmente de efeitos sazonais de renegociações e de reajustes contratuais feitos com as empresas prestadoras de serviço no primeiro trimestre de 2010.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou um aumento de 1,07% na comparação entre os períodos, R\$213.904 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$211.648 no primeiro trimestre de 2009. Este resultado decorre substancialmente do aumento do ativo imobilizado em decorrência de novos investimentos em distribuição.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$23.148 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$53.487 no primeiro trimestre de 2009, uma redução de 56,72%. Esta redução decorre principalmente da baixa, em 2010, de provisão para reclamações cíveis – majoração tarifária, no montante de R\$11.042 em decorrência de finalização dos processos e da menor despesa com contingências jurídicas, ações cíveis, no exercício de 2010 em relação a 2009. Vide maiores informações na notas explicativas 18 e 21 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$49.481 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$39.245 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 26,08%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada nos períodos comparados, conseqüência de maior operação das usinas térmicas, clientes da Gasmig, no primeiro trimestre de 2010 em comparação ao mesmo trimestre do exercício anterior.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado no primeiro trimestre de 2010 foi uma despesa financeira líquida de R\$129.446 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$73.877 no primeiro

trimestre de 2009. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na receita com aplicações financeiras, R\$94.093 no primeiro trimestre de 2010 em comparação a R\$66.383 no primeiro trimestre de 2009, uma variação de 41,74% decorrente de maior volume de recursos aplicados neste trimestre.
- Aumento na despesa de encargos de empréstimos e financiamentos, R\$231.034 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$199.809 no primeiro trimestre de 2009. Esse aumento decorre da entrada de novos recursos, principalmente da emissão pela Cemig Geração e Transmissão, em outubro de 2009, de notas promissórias (commercial papers) no montante de R\$2.700.000.
- Aumento na despesa de variação monetária de empréstimos e financiamentos em moeda nacional, R\$31.975 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$3.816 no primeiro trimestre de 2009. Esse aumento decorre principalmente da variação do IGPM que passou de uma variação negativa de 0,9153% no primeiro trimestre de 2009 para uma variação positiva de 2,7798% no primeiro trimestre de 2010.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa 22 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no primeiro trimestre de 2010, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$300.806 em relação ao lucro de R\$820.872 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 36,64%. No primeiro trimestre de 2009, a CEMIG apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$332.183 em relação ao lucro de R\$793.488 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 41,86%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa 7 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

No ano de 2009, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder da sua indústria.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor nos nossos papéis.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizaremos no final de maio, pelo 15º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte, onde esses profissionais terão a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria

Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter *American Depositary Receipts* (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;

- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Em relação ao acordo de acionistas, assinado em 1997 entre o Governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, este se encontra suspenso judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na Justiça Federal.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 25 vezes durante o ano de 2009 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 29 de abril de 2009, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações. Dos atuais 14 integrantes efetivos, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. – SEB, e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 2010.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;

5. Comitê Financeiro; e,
6. Comitê de Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por nove membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembléia Geral Ordinária de 2012.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2009 foram realizadas 59 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página na internet: <http://ri.cemig.com>.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2009, foram realizadas 10 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2008, bem como validado o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo

Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e

atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos;
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos;

recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://ri.cemig.com.br>.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31 DE MARÇO DE 2010

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (mil)	%	AÇÕES PREFERENCIAIS (mil)	%	TOTAL DE AÇÕES (mil)	%
Estado de Minas Gerais	138.175.720	50,96	-	0,00	138.175.720	22,27
Outras Entidades do Estado	36.544	0,01	6.415.884	1,84	6.452.428	1,00
Total Controlador	138.212.264	50,97	6.415.884	1,84	144.628.148	23,27
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	89.383.266	32,96	-	0,00	89.383.266	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 31 DE MARÇO DE 2010

Item	Nome	Quantidade de Quotas (unidades)	%
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira

2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	31 de março de 2010		31 de março de 2009	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	138.212.264	6.415.884	110.569.812	4.974.466
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7.902	438	6.318	351
Adriano Magalhães Chaves	1	-	1	-
André Araújo Filho	1	-	-	-
Andréa Leandro Silva	7	-	6	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	1	-	-	-
Britaldo Pedrosa Soares	1	-	-	-
Cezar Manoel de Medeiros	1	-	-	-
Clarissa Della Nina Sadock Accorsi	1	-	-	-
Djalma Bastos de Morais	-	50	-	40
Evandro Veiga Negrão de Lima	7.649	-	6.120	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	386	-	309
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	10	-	8	-
Jeffery Atwood Safford	1	-	-	-
João Camilo Penna	1	1	1	1
José Castelo Branco da Cruz	1	-	-	-
Kleber Antônio de Campos	1	-	-	-
Lauro Sergio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	1	-	1	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	1	-
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	88	1	71	1
Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	127	-	102	-
Sérgio Alair Barroso	1	-	-	-
Thomas Anthony Tribone	1	-	-	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	31 de março de 2010		31 de março de 2009	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	9	436	6	349
Djalma Bastos de Moraes	-	50	-	40
Arlindo Porto Neto	1	-	-	-
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	386	-	309
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	6	-	4	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Márcio Augusto Vasconcelos Nunes	-	-	-	-
CONSELHO FISCAL	-	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS) (*)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
31.03.2010	132.934.068	49,03	342.541.418	98,09	475.475.486	76,64
31.03.2009	106.347.249	49,03	274.191.265	98,14	380.538.514	76,67

(*) As alterações nas quantidades de ações foram decorrentes do evento societário ocorrido no exercício de 2009.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“Companhia”) compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas, compreendendo o balanço patrimonial consolidado e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, ambas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, as quais incluem as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. As revisões das Informações Trimestrais de certas controladas em conjunto da Companhia, cujos investimentos foram avaliados pela equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso relatório de revisão especial no que se referem ao valor desses investimentos no montante de R\$512,5 milhões em 2010, representando 3,8% do ativo total, e a participação desses investimentos no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010 totalizou R\$25,2 milhões de lucro, representado 4,8% do resultado do trimestre, e, no que se refere ao consolidado, ativos totais proporcionais de R\$1.910,4 milhões em 2010, representando 6,0% dos ativos totais proporcionais, está baseado exclusivamente nos relatórios de revisão especial desses outros auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais individuais da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento também, de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. e suas controladas acima referidas para que estas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das Informações Trimestrais individuais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº2. As presentes Informações Trimestrais individuais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente apresentadas pela Companhia em 08 de julho de 2010, incluindo nosso relatório de revisão datado de 06 de maio de 2010. As Informações Trimestrais individuais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia e suas controladas passaram a apresentar a partir do exercício de 2010, suas Informações Trimestrais consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo IASB. As Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e suas controladas correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, preparadas de acordo com o mencionado padrão contábil internacional, estão sendo apresentadas para fins de comparação.
7. Conforme descrito nas notas explicativas nº 14 e 19, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operação de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparadas e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de março de 2010, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
8. A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de março de 2010 totalizavam R\$3.660,4 milhões e a reversão do passivo a descoberto no montante de R\$108,3 milhões, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o segundo semestre de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$366,0 milhões no imobilizado e R\$10,8 milhões do passivo a descoberto, respectivamente.



A Melhor Energia do Brasil.

9. Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão sobre as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais dessa Companhia e suas controladas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração consolidada do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esta informação complementar esteja apresentada de forma condizente com as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0